

# brasil <sup>dossiê</sup> rural



Terra, gente e

tecnologia

impulsionam

crescimento do

agronegócio

brasileiro

ROBERTO RODRIGUES

A agricultura brasileira viveu, na primeira metade dos anos 90, uma dura crise, a tríplice colisão do setor. Ao mesmo tempo em que fazia a estabilização interna da moeda, o Brasil se abria, sem nenhum tipo de proteção, ao comér-

**ROBERTO RODRIGUES**  
é ministro da Agricultura,  
Pecuária e Abastecimento.

cio internacional; e as políticas públicas ligadas à atividade agrícola iam falindo em função da própria debilidade do Estado ou dos modelos neoliberais estabelecidos.

Esse forte conjunto de fatores, ocorrido em 1990 com o Plano Collor, e em 1994 com o Plano Real, produziu duas ondas simultâneas na agricultura brasileira. Aqueles que não conseguiram ultrapassar essa problemática foram excluídos da atividade produtiva. Nesse período, o campo perdeu mais de dois milhões de postos de trabalho, seja de trabalhadores rurais, seja de pequenos proprietários rurais. Foi um brutal desassentamento agrário, levando cerca de 200 mil pequenos produtores a perder tudo o que tinham.

Essa onda foi a “revolução barulhenta” e abrigou produtores muito endividados, que deram origem aos “caminhonaços” e às grandes manifestações que, por anos seguidos, ocorreram em todos os estados agrícolas do país e na própria capital federal. Isso alimentou os movimentos sociais que faziam da reforma agrária a sua bandeira principal.

Simultaneamente, os produtores que incorporaram tecnologia e conseguiram sobreviver porque não tinham dívidas volumosas – e, portanto, não sofreram descasamento de renda nas correções de índices – fizeram a “revolução silenciosa”. Ela os transformou em vigorosos competidores internacionais de todos os produtos agrícola-

das cultivados no Brasil, e se baseou em três vertentes principais: o avanço tecnológico, as mudanças gerenciais e o conceito de agregação de valor, que também contribuiu para a modernização do cooperativismo brasileiro.

Essas duas ondas acabaram se desmanchando no fim de 2002, começo de 2003, exatamente no período de transição de governos em que terminou a era FHC e teve início a era Lula. Os fatores que permitiram que essa travessia terminasse, dando condições de avanços significativos aos produtores que ficaram na atividade, e que, portanto, encabeçaram a revolução silenciosa, são de várias origens.

Sem dúvida, o primeiro deles está ligado à renda. E aqui há um conjunto de pontos, a começar pelos preços internacionais. O mercado mundial viveu três ou quatro anos de preços muito favoráveis para soja, algodão, milho, trigo, açúcar e carnes. O Brasil estava preparado para responder a essas demandas crescentes do mundo inteiro, em função de oferta menor dos países do Hemisfério Norte.

E por que estávamos preparados? Porque tínhamos uma tecnologia fortemente desenvolvida. Aliás, a melhor tecnologia tropical do planeta, desenvolvida pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e também por outros órgãos públicos e privados de pesquisa. Essa tecnologia pôde ser comprada pelos agricultores que se capitalizaram, favorecidos pelos bons preços do mercado internacional, que se refletiram internamente.

O governo federal também tomou uma série de iniciativas para consertar ou, pelo menos, minimizar os efeitos negativos dos planos econômicos adotados no passado. Mecanismos como a securitização das dívidas, o Programa de Saneamento de Ativos (Pesa), o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop) e o Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota), entre outros, permitiram ao produtor o alongamento das dívidas e novos investimentos, com juros favorecidos.



Isso oxigenou, com crédito interessante, todo o setor rural brasileiro, inclusive as cooperativas agropecuárias, dando chance à grande virada da produção agrícola no Brasil, que chegou a recordes de produção, com uma safra de 122 milhões de toneladas de grãos em 2003. Possivelmente, ela será superada neste ano, com uma colheita prevista de 130 milhões de toneladas.

A verdade é esta: o mercado, a tecnologia e algumas políticas públicas adotadas pelo governo, especialmente a grande mudança cambial, em janeiro de 1999, deram o empurrão definitivo para que o Brasil se inserisse no mercado internacional, transformando-se já em 2004 no maior exportador mundial de carne bovina, de carne de frango, de açúcar, de café, da cadeia produtiva da soja, de suco de laranja e de tabaco. Temos também um extraordinário potencial de crescimento para, em pouquíssimo tempo, sermos um grande – quem sabe o primeiro – produtor mundial de algodão, de biocombustíveis e de frutas.

É evidente que os preços elevados do petróleo transformam o etanol e o biodiesel em produtos de grande expectativa de comércio para o futuro de médio prazo. Esse potencial ganha dimensão muito importante quando observamos uma tendência mundial favorável ao uso de combustíveis renováveis e de produção sustentável. O petróleo não se inscreve entre esses produtos, porque é poluidor e finito. Já os biocombustíveis podem sinalizar uma espécie de “volta ao futuro”, possibilitando a grande virada da agricultura mundial para uma agricultura sustentável, voltada à geração de empregos nos países em desenvolvimento, o que certamente contribuirá para a redução da grande distância existente hoje, do ponto de vista socioeconômico, entre os países ricos e os países pobres.

O Brasil terminou a fase de acomodação desse processo todo, e vive hoje uma expectativa muito interessante. Os anos de 2005 e 2006 definirão os horizontes para a agricultura mundial: as grandes discussões dos blocos multilaterais na Organização Mundial do Comércio (OMC), na Área de Livre Comércio das Américas (Alca), nas

relações bilaterais, como é o caso do Mercosul com a União Européia, e mesmo em acordos bilaterais entre países selecionados, como já aconteceu entre o Brasil e a China, serão concluídas nos próximos dois ou três anos. Ou seja, os marcos referenciais para o funcionamento do comércio mundial serão estabelecidos daqui para a frente. Além disso, os painéis de algodão e de açúcar instalados na OMC, pelo Brasil, deverão ser definidos ao longo de 2005.

Enfim, as regras do comércio mundial serão claramente estabelecidas agora. Elas deverão levar em consideração um aspecto relevante: o da defesa da democracia e da paz. Como se discute essa questão? Está claro que, ao lado dos efeitos positivos da globalização da economia – entre os quais o crescimento do comércio mundial, que representa também um aumento de produção e, portanto, de renda global no mundo –, há um reflexo negativo, representado pela dupla trágica do mundo contemporâneo: o crescimento da exclusão social e a concentração da riqueza.

Esses dois cavaleiros apocalípticos cavalgam juntos mundo afora, reduzindo a chance de defesa da democracia e da paz. Quanto mais são os excluídos, quanto mais concentrada a riqueza, menor é a defesa da democracia e da paz. E cresce, neste começo de século XXI, a idéia de que o grande desafio da humanidade no mundo moderno é diminuir a distância entre ricos e po-



bres, como único caminho para preservação da democracia e da paz.

Também ganha cada vez mais adeptos a idéia de que a forma mais ágil de reduzir a distância entre ricos e pobres é os países ricos abrirem seus mercados aos países em desenvolvimento na área agrícola. Por quê? Primeiro, porque as populações dos países ricos que dependem da agricultura são minorias, e não o são nos países mais pobres. E segundo, porque os ricos podem pagar para não produzir, ao passo que os pobres precisam produzir para pagar o que devem. Não é um mero jogo de palavras, é um claro diagnóstico de como é a distribuição da renda e da produção agrícola nos diferentes continentes hoje em dia.

Diante disso, a expectativa é de que a abertura comercial ocorra num prazo razoável. Não por generosidade ou por benevolência dos países desenvolvidos em relação aos países em desenvolvimento. Mas porque há necessidade de preservar democraticamente a paz, de reduzir a distância socioeconômica no mundo moderno.

Neste cenário, o Brasil tem uma condição muito especial para assumir posições mais destacadas no mercado agrícola e, com isso, criar os saldos comerciais e a poupança interna indispensáveis para que outros setores da economia cresçam e sejam tão competitivos quando tem sido o agronegócio.

O ideal é termos um crescimento mais harmonioso e equilibrado. Hoje, o agronegócio representa 34% do Produto Interno Bruto (PIB), gera 37% de todos os empregos do país e é responsável por 42% das nossas exportações. É ainda o setor responsável pelo saldo comercial positivo. Em 2004 mesmo, o superávit do agronegócio foi de US\$ 34 bilhões, um bilhão de dólares maior do que o saldo comercial de todos os setores da economia brasileira. Portanto, mais uma vez o agronegócio carregou a economia brasileira, permitindo a manutenção desse grande crescimento econômico sustentável a que assistimos no país inteiro.

É evidente que essa participação percentual do PIB do agronegócio no PIB nacio-

nal não é desejável para todo o sempre. É recomendável que os setores industrial e de serviço cresçam tanto quanto o agronegócio, do ponto de vista da competitividade, avançando sobre parcela significativa do PIB. Isso vai reduzir a participação relativa do agronegócio no PIB brasileiro, embora, em termos absolutos, ele tenha muito a crescer. E por que tem tanto a crescer? Quais são os fatores principais que alimentam a tese de que o potencial de crescimento do agronegócio brasileiro é realmente muito grande? São muitos os fatores, mas três são principais.

O primeiro é a disponibilidade de terra. O Brasil tem hoje 62 milhões de hectares cultivados e, pelo menos, mais 90 milhões de hectares por cultivar, sem que isso represente entrar na Amazônia legal. Portanto, nenhum país do mundo tem tanto espaço territorial para crescer, uma fronteira agrícola por avançar, como o Brasil tem hoje.

Em segundo lugar, a tecnologia. Temos a melhor tecnologia tropical do planeta. Não há uma semana em que eu não receba, no Ministério da Agricultura, embaixadores e ministros de Agricultura de países tropicais que vêm buscar acordos com a Embrapa, com o Instituto Agronômico e outros institutos de pesquisas, para aprender conosco. Eles querem repetir em seus países aquilo que foi desenvolvido aqui.

O terceiro fator é o humano. Nós temos no agronegócio brasileiro gente altamente competente, interessada em ficar na agricultura. Nos países desenvolvidos, as populações agrícolas estão envelhecendo, porque os jovens não querem se dedicar a essa atividade. Aqui, ao contrário, eles ficam no campo.

Há no Brasil essa tríplice condição – terra, gente e tecnologia –, que somada a outros fatores, como água disponível e clima favorável, nos dá uma expectativa de grande crescimento do agronegócio.

Alguns números mostram como isso vai se processar. Hoje, como já ressaltamos, temos 62 milhões de hectares plantados. Porém, temos perto de 200 milhões de hectares ocupados com pastagens, sejam nati-

vas ou cultivadas. Desses 200 milhões, 90 milhões estão aptos para a agricultura, o que significa que o crescimento agrícola se dará sobre pastagens hoje decadentes, e não sobre áreas de florestas, que devem ser preservadas.

Um estudo recente demonstra, por exemplo, que a pecuária de corte tem avançado muito no Brasil ultimamente. Nos próximos quinze anos, 30 milhões de hectares de pastagens serão transferidos para a agricultura, ao mesmo tempo em que haverá um aumento da produção de carne. Como isso pode acontecer? Como aumentar a carne, com menos pasto? Muito simples: com padrão tecnológico que permite hoje a adubação de pastagem, a irrigação de pastagem e, sobretudo, uma rotação da produção pecuária muito mais rápida. Antigamente, um boi ia para o frigorífico com quatro anos de idade, hoje vai com 18 meses. Isso permite muito mais cabeças de gado na mesma pastagem, com uma rotatividade muito mais rápida. Esses dados nos dão uma condição especial para crescer muito na produção de carnes, de grãos, de açúcar, de biocombustíveis e de fibras. O Brasil tem uma grande chance de se transformar no celeiro do mundo, como vem sendo dito há décadas. É bem verdade que não nos interessa ser um exportador de matéria-prima, interessa-nos agregar valor e trabalhar nessa direção.

Mas, ao lado desses fatores positivos, há também aspectos negativos que inibem a expectativa de avançar tão vigorosamente sobre os mercados mundiais. Entre os fatores negativos, alguns são bastante importantes. O primeiro deles é a conquista de mercados novos, seja pelo crescimento do mercado interno, o que se transforma numa promessa risonha neste momento de crescimento da economia brasileira, seja no mercado externo.

Para tanto, é fundamental que algumas coisas aconteçam nas negociações comerciais já referidas, na OMC, na Alca e no Mercosul com a União Européia, entre outras. Isso vai definir as regras de comércio e também os mercados que serão oferecidos aos países em desenvolvimento, dos

quais o Brasil pode se aproveitar. Como temos hoje uma participação relevante e respeitada do Brasil no G-20 e no Grupo de Cairns, estamos na vanguarda das negociações, com muita credibilidade para abrir mercados.

Mas isso não basta. É necessário cuidar da promoção comercial. E aqui deve haver uma ação conjugada entre os estados e o setor privado, para que a propaganda, o *marketing* e a promoção mesmo, via participação em feiras, eventos e seminários internacionais, mostrem ao mundo aquilo que o Brasil faz competitiva e eficientemente. Para tanto, devemos trazer para cá investidores estrangeiros, formadores de opinião e jornalistas, como parte da estratégia de promoção comercial. E temos feito muito isso, apresentando feiras como as diferentes *agrishows* no Brasil inteiro, para ministros, parlamentares, diplomatas e formadores de opinião de vários países, para mostrar o quanto é competitivo o nosso setor agrícola.

Contudo, precisamos ir além da promoção comercial e da conseqüente abertura de mercados. Devemos agregar valor às mercadorias agrícolas. Maior produtor e exportador mundial de café, com quase um terço do mercado internacional, o Brasil tem pouco mais de 1% do mercado mundial de café torrado e moído. Ao mesmo tempo, a Alemanha, que não planta um pé de café, tem quase 20% do mercado mundial de café torrado e moído. Portanto, precisamos agregar valor ao produto, e isso não pode ser feito apenas com industrialização.

É fundamental que esse processo passe por negociações e entendimentos com os setores de distribuição dos diferentes países, para que o produto com valor agregado também tenha condições de entrar no mercado. Se não houver um acordo entre a produção e a distribuição, o produto fica encalhado nos portos.

O segundo fator que afeta a nossa questão de competitividade é a defesa sanitária. Está evidente que o rumo das negociações da Rodada de Doha, da OMC, é um rumo de redução dos mecanismos tradicionais de proteção, como subsídios internos, estí-

mulos às exportações e até mesmo as barreiras tarifárias tão conhecidas do mundo todo. A expectativa que existe é de uma redução desses mecanismos, e isso já está explicitado na própria *framework* assinada na OMC em 1º de agosto do ano passado. Porém, cada vez mais, os consumidores do mundo inteiro se preocupam com as questões ambiental, social e, sobretudo, sanitária.

Nós vivemos recentemente um problema dramático, quando um foco de aftosa no estado do Amazonas fez a Rússia suspender as importações de carne de frango, de suínos e também bovinos do Rio Grande do Sul. Ora, não há nenhuma razão técnica para isso, mas o argumento político pode ser exercido por um concorrente nosso no mercado internacional, de maneira que a questão sanitária é absolutamente essencial para o sucesso da nossa competitividade. É preciso investir recursos públicos e privados, e repensar o modelo de defesa para eliminar doenças como a aftosa, entre outras, do cenário nacional.

O terceiro ponto limitante é a questão tecnológica. Embora o Brasil seja o país que domina a maior e melhor tecnologia tropical do planeta, há muito o que avançar. Tecnologia é um processo contínuo e permanente de avanço, que não termina nunca. Então, na área de biotecnologia, particularmente, há muito o que avançar. Essa é a grande fronteira do conhecimento. O Brasil precisa ser, a exemplo dos países mais avançados, um pólo de produção de alimentos e produtos mais nutritivos, com maior resistência a diversidades climáticas e a pragas e moléstias, além de apresentar maior poder curativo, e isso se faz com engenharia genética.

Um quarto problema dramático é o da infra-estrutura e da logística, seja em relação ao mercado interno, seja em relação às exportações. Precisamos investir em rodovias, ferrovias e portos. Agora, com a recente aprovação e publicação da legislação das parcerias público-privadas, temos a possibilidade de alavancar os investimentos nessa área, dotando o Brasil de uma condição mais moderna na área de logística

e infra-estrutura. Hoje, essa carência se constitui num gargalo dramático, que pode inibir definitivamente o crescimento das nossas exportações.

Um quinto problema a ser resolvido é o dos marcos legais. A questão do direito de propriedade, por exemplo, tem que ser absolutamente cristalina para que os investidores estrangeiros, e até mesmo nacionais, prefiram investir mais no agronegócio brasileiro do que em outros países. Isso tem que ser rigorosamente estabelecido. Temos ainda que resolver a questão do meio ambiente e da legislação trabalhista. É necessário definir, com clareza, a diferença entre trabalho escravo e outras formas de trabalho, para que haja a punição para quem for fora-da-lei, mas com base em uma legislação moderna.

Há outros marcos legais que têm a ver com o custo Brasil, como as legislações tributária, fiscal e previdenciária, que precisam ser redefinidos.

Um sexto assunto fundamental é o da organização da cadeia produtiva. Esse conceito de cadeia produtiva já está bem estabelecido no Brasil, mas a prática ainda não está de acordo com ele. Ainda há setores que se aproveitam de outros, em momentos de oportunismo comercial, econômico e financeiro, inclusive desrespeitando contratos. A organização das cadeias produtivas, com respeito aos contratos, é um assunto essencial para que cada uma delas se sustente com um produto final que tenha qualidade e custo compatível com a capacidade do consumidor de qualquer país do mundo, inclusive o brasileiro.

Finalmente, é necessário compreender que o agronegócio precisa de recursos financeiros. Não é possível promover a defesa sanitária, nem a pesquisa e a tecnologia, nem a extensão rural e assistência técnica, não é possível fazer investimentos em estrutura logística, sem recursos. De modo que é preciso que haja clareza, por parte da sociedade, de que o agronegócio realmente produz as condições para o desenvolvimento do país. As pessoas precisam compreender que a agricultura não é uma atividade que faz apenas comida.

A agricultura é responsável por muito mais do que isso. Não há papel sem árvore, e a árvore é produzida por agricultores, de modo que jornalistas, escritores, professores e alunos não teriam onde escrever seus apontamentos se não houvesse o agricultor plantando árvores. Que também fornece as madeiras para construções, que não existiriam sem a atividade agrícola. Sapatos, bolsas, cintos, estofamentos de veículos só existem porque há couro, que vem do boi, que por sinal só avança com pastagem cultivada. Assim como a lã dos casacos e dos cobertores, que só existe com ovelhas. Assim como o algodão, usado para confeccionar calças jeans, camisetas e toalhas de linho. Enfim, esses materiais só existem porque temos agricultores produzindo a matéria-prima para eles. Uma fábrica de cerveja só tem empregos para operários que nela trabalham porque tem alguém plantando cevada. Esse mesmo setor também é responsável pela contratação de operários nas fábricas de garrafas, de copos, de refrigeradores, de caminhões para transportar cerveja e até de roupas para garçons, portanto, o conceito de que o setor produtivo rural está por trás do desenvolvimento agro-industrial, que gera emprego no setor de serviço, no comércio e na indústria, é que tem que ser compreendido e aceito pela sociedade.

Os governos também precisam entender isso e responder a essa visão da sociedade, oferecendo mais recursos para o agronegócio. Tudo isso se insere dentro de um grande projeto que o governo brasileiro tem desenvolvido para o agronegócio. Esse projeto tem como lastro o planejamento estratégico de longo prazo.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) sofreu uma profunda reformulação neste início de ano. Nela, algumas coisas são essenciais, como o fortalecimento da defesa sanitária, que se transformou numa secretaria muito poderosa. Também criamos uma Secretaria de Relações Internacionais, que se ocupará da interface com o setor privado para formulação das aspirações e dos projetos de abertura comercial agrícola.

A área de planejamento estratégico é que vai proporcionar a grande mudança na atuação do Mapa. Se não, vejamos: há cinquenta anos, o café representava 50% da pauta das exportações agrícolas do Brasil, e soja não existia. Hoje, o café representa 3% e a soja, 30%. Qual foi o papel do Estado nesse período, o que os governos que se sucederam fizeram para que isso acontecesse? Praticamente nada. Piorou, por exemplo, a participação do Brasil no mercado mundial de café. Então, precisamos planejar essa coisa daqui para frente.

Estou pedindo à área de planejamento estratégico que faça projeções sobre o mundo daqui a vinte ou trinta anos, e me diga quem vai comer o quê. São muitas variáveis que interferem nesse processo. A primeira é que teremos uma mudança de perfil etário da população do planeta: muito mais gente idosa vai estar comendo coisas diferentes do que come hoje. Isso mudará o perfil alimentar. E precisamos saber quem vai comer o quê. Segundo: quem vai produzir isso que será consumido no mundo todo – as roupas, a energia, a biomassa para atender aos combustíveis líquidos que se adicionarão ou substituirão o petróleo no futuro, no curto e médio prazo. Quem produzirá isso, em função da disponibilidade de água, de tecnologia, de terra agricultável.

Em função dessas questões, o governo precisa montar os diferentes cenários do mercado para o futuro, reunindo informações que estão disponíveis, embora esparsas. Com base nelas, o governo brasileiro criará uma estratégia de ação para interagir no mercado. Isso deve ser feito através das câmaras setoriais, em parceria com o setor privado, que é quem efetivamente vai produzir. O governo precisa é estabelecer as regras, os instrumentos e os mecanismos para que o país avance na direção daquilo que for definido pelo consumidor brasileiro e estrangeiro. Essa a nova fase do Mapa: olhar o mundo e planejar estrategicamente as ações e políticas que permitirão a grande inserção internacional da agricultura brasileira, com valor agregado, no mundo do futuro.